

Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher fez 100 anos e o plenário do PE assinalou a data.

Regina Bastos afirmou que *"para a Europa atingir os objectivos de crescimento sustentável terá de continuar a combater as desigualdades entre homens e mulheres"*.

ver pág. 3

Orçamento do PE para 2012

José Manuel Fernandes apresentou as suas propostas para as orientações do Orçamento do PE para 2012.

Um orçamento de contenção e austeridade

ver pág. 12

Estratégia para o Atlântico

Nuno Teixeira e **Maria do Céu Patrão Neves** participaram no debate sobre a Estratégia Europeia para a região Atlântica que a Comissão deve apresentar em Junho próximo.

ver pág. 15

em destaque:

Crise Financeira

(debate com o Presidente da Comissão Europeia)

Os eurodeputados debateram com o Presidente da Comissão Europeia a **preparação da cimeira da zona euro**, que se realiza a 11 de Março. As propostas sobre a **governança económica** e o **mecanismo permanente de estabilização financeira** foram algumas das questões abordadas. Sobre se Portugal deve ou não recorrer ao fundo de estabilidade financeira, Barroso frisou que *"é uma decisão soberana"* que cabe a Portugal tomar, mas *"se um país poder evitar recorrer a esse mecanismo deve evitá-lo"*, salientou.

Barroso foi claro na resposta que deu: *"O que lhe posso dizer, obviamente, é que o fundo de estabilização financeira e o recurso a esse fundo, bem como a ajuda do FMI, foi concebido como último recurso, como última ratio."*

É óbvio que se um país poder evitar recorrer a esse mecanismo deve evitá-lo. Tem custos recorrer a esses fundos de resgate, não apenas custos reputacionais, por isso se um país poder evitar, deve evitar. Mas, repito, é uma decisão das autoridades nacionais o recurso ou não a esse fundo de resgate, pelo menos o pedido para activar esse fundo".

O Presidente da Comissão apontou o dedo à responsabilidade dos Estados-Membros: *"Quando um país tem um nível de dívida tão elevada tem de recuperar a confiança dos mercados, por que senão torna-se insustentável a sua situação económica"* mas sublinhou também a solidariedade comunitária - *"Claro está que não é apenas um esforço do país isolado, que necessita de um esforço em conjunto da zona euro, é isso que está a ser desenvolvido com, obviamente, empenhamento diferenciado entre os diferentes intervenientes"*.

ver pág. 9

Índice

Abertura da Sessão.....	3
Dia Internacional da Mulher.....	3
Impacto da crise nos cuidados de Saúde.....	6
Debate com Barroso: preparação da Cimeira da zona Euro.....	9
Orçamento das Instituições para 2012.....	12
Estratégia Europeia para a região Atlântica.....	15
Adesão da Turquia e Montenegro à UE.....	18
Estratégia da UE para os ciganos.....	20
Líbia: debate sobre zona de exclusão aérea.....	21
Irão: Sanções por violação dos direitos humanos.....	23
Ordem do dia da sessão.....	25

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELD- Europa da Liberdade e da Democracia

Responsável: Pedro Paulos e Cruz

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão

O Dia Europeu das Vítimas do Terrorismo, que se assinala a 11 de Março, a aplicação da pena de morte em Taiwan e a imposição unilateral pelo Canadá da obrigatoriedade de visto para os cidadãos da República Checa foram os assuntos mencionados pelo Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, na abertura da sessão plenária de 7 de Março.

Dia Europeu das Vítimas do Terrorismo

Na próxima sexta-feira, 11 de Março, assinala-se o sétimo Dia Europeu das Vítimas do Terrorismo. "*Não há qualquer justificação para o terrorismo*", declarou Jerzy Buzek, recordando os ataques bombistas em Madrid, em 2004, que vitimaram cerca de 200 pessoas, e em Londres, em 2005, responsáveis pela morte de mais de 50 pessoas.

Apelo ao Canadá para abolir regime de vistos para os cidadãos checos

O Presidente do PE manifestou a sua solidariedade para com os cidadãos checos, a quem o Canadá impôs unilateralmente, em Julho de 2009, a obrigatoriedade de visto, colocando-os assim numa situação de desigualdade em relação aos outros cidadãos da UE. Buzek anunciou que uma declaração escrita sobre a reposição da reciprocidade do regime de vistos obteve as assinaturas necessárias para ser aprovada.

Nesta declaração, os eurodeputados exortam a Comissão e o Conselho a aumentarem a pressão política sobre o Canadá, para que este país defina o mais rapidamente possível um prazo para a abolição do regime de vistos para os cidadãos checos, bem como outras infracções ao regime de reciprocidade de vistos em relação aos cidadãos búlgaros e romenos.

Pena de morte em Taiwan

Jerzy Buzek condenou a execução de cinco prisioneiros em Taiwan, a 4 de Março. Entre 2006 e 2010, Taiwan introduziu uma moratória à pena de morte, mas voltou a aplicar a pena capital. O Presidente do PE apelou às autoridades taiwanesas para que reintroduzam a moratória.

Centenário do Dia Internacional da Mulher: fosso salarial e pobreza ainda problemáticos

O Parlamento Europeu comemorou, a 8 de Março, o Centenário do Dia Internacional da Mulher com uma cerimónia em que participaram o Presidente da instituição, Jerzy Buzek, e o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. Ambos lembraram as mulheres no Norte de África que estão actualmente a lutar pela liberdade e pela democracia. Os eurodeputados

aprovaram também relatórios sobre a igualdade entre homens e mulheres na UE e sobre a pobreza feminina.

A cerimónia que teve lugar no hemiciclo de Estrasburgo foi marcada por intervenções de Jerzy Buzek, Durão Barroso e Enikő Győri, representante da presidência húngara, bem como da presidente da Comissão dos Direitos da Mulher do PE, Eva-Britt Svensson, e de deputados dos vários grupos políticos.

O Presidente do Parlamento Europeu relembrou os progressos alcançados ao longo dos últimos cem anos, mas "*há ainda um longo caminho pela frente*", sublinhou.

Jerzy Buzek afirmou que actualmente 35% dos eurodeputados são mulheres, mas espera que o número aumente no futuro. "*Sempre exige uma elevada percentagem de mulheres nas instituições europeias*" e a sua presença em cargos do topo, por exemplo, nos conselhos de administração das empresas, disse o Presidente.

Buzek relembrou também as mulheres no Norte de África que estão actualmente a lutar pela liberdade e pela democracia.

"*Estamos aqui hoje para celebrar um século de lutas e de conquistas das mulheres*", disse o Presidente da Comissão Europeia. "*As mulheres são uma fonte de inspiração em todo o mundo*", declarou Barroso, referindo também as mulheres que lutam ao lado dos homens no Norte de África. A igualdade salarial, o aumento da taxa de emprego e a presença de mulheres em cargos que reflectam o seu elevado sucesso escolar foram alguns dos pontos abordados no discurso de Barroso. "*A Comissão tudo fará para alcançar estes objectivos*", garantiu, mas uma mudança de mentalidades é também necessária, concluiu.

Combater a discriminação salarial e incentivar a paridade nos cargos de topo

As disparidades entre os salários auferidos pelas mulheres e pelos homens continuam a ser, em média, de 18% na UE e ultrapassam os 25% em certos países e mesmo os 30% num Estado-Membro, de acordo com o relatório sobre a igualdade entre homens e mulheres na UE em 2010. Com a crise, "*as reduções salariais fizeram-se sentir sobretudo em sectores de serviços predominantemente femininos e em sectores financiados pelos orçamentos do Estado em que a maioria dos trabalhadores são mulheres*", nota também o documento.

O Parlamento Europeu insta os Estados-Membros a "*aplicarem devidamente a legislação relativa a um salário igual para trabalho de igual valor*" e exorta a Comissão a impor sanções aos Estados-Membros não cumpridores.

Combater as discriminações e o fosso salarial, aumentar a taxa de emprego das mulheres e garantir uma melhor representatividade feminina nos conselhos de administração das empresas e na vida política são algumas das prioridades definidas nos relatórios hoje aprovados em plenário.

"*Se as taxas de emprego, emprego a tempo parcial e produtividade das mulheres fossem semelhantes às dos homens, o PIB aumentaria cerca de 30%*", afirma o PE, citando vários estudos.

Aplicação de quotas

Apenas 3% das grandes empresas são dirigidas por uma mulher. Os eurodeputados sugerem uma "*política de quotas*" que vise estabelecer uma paridade nos conselhos

de administração das empresas, como já acontece na Noruega desde 2003. Na UE, este exemplo já foi seguido pela Espanha e pela França.

O PE pede também aos Estados-Membros que tomem medidas efectivas, "como a aplicação de quotas", para garantirem uma melhor representatividade das mulheres nas grandes sociedades cotadas na bolsa e nos conselhos de administração das empresas em geral, especialmente nas empresas com participação pública.

Reduzir a pobreza feminina

Cerca de 85 milhões de europeus vivem abaixo da linha de pobreza e 17% de todas as mulheres nos 27 países da UE estão classificadas como vivendo na pobreza.

A "*feminização da pobreza*" significa que a incidência da pobreza nas mulheres é superior à dos homens, que a sua pobreza é mais grave do que a dos homens e que a pobreza entre as mulheres está a aumentar.

Em consequência da crise económica, o desemprego e as dificuldades sociais ainda continuam a aumentar num certo número de Estados-Membros, sublinha o PE, solicitando à UE e aos Estados-Membros que reforcem o seu compromisso e tomem medidas específicas para erradicar a pobreza e combater a exclusão social, nomeadamente a pobreza entre as mulheres e o seu impacto directo na vida familiar.

O PE salienta a "*importância crucial de reformar as políticas macroeconómicas, sociais e laborais*", a fim de garantir a justiça económica e social para as mulheres e de desenvolver estratégias para promover uma justa distribuição da riqueza, garantir um rendimento mínimo e salários e pensões dignos.

Intervenções de Eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): "*No dia 8 Março, Dia Internacional da Mulher, felicito a Deputada Mariya Nedelcheva pelo seu Relatório sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres. Partilho a análise que faz sobre o facto de as mulheres terem sido particularmente afectadas pela crise económica e financeira que estamos a atravessar. Tudo indica que no emprego, na saúde, na educação, no apoio social, entre outros sectores, as mulheres vão sentir mais e durante mais tempo as consequências da crise do que os homens.*

No que toca ao nível de rendimentos, às condições de trabalho e de contratação e ao acesso ao trabalho, a situação das mulheres parece deteriorar-se mais rapidamente do que a dos homens. Nesse sentido é importante criar novas oportunidades e reforçar as sinergias da igualdade entre os géneros, contribuindo para estimular a recuperação e o próprio crescimento económico. Aplaudo a referência à luta contra a pobreza (tendo sido 2010 o Ano Europeu da Luta contra a Pobreza), dando particular atenção às mulheres mais vulneráveis. Lamento que também aqui a esquerda parlamentar tenha introduzido a polémica do aborto à revelia do que são as competências comunitárias".

Regina Bastos (PPE): "*A igualdade entre homens e mulheres constitui um dos princípios fundamentais do direito comunitário. Os objectivos da União Europeia consistem, por um lado, em assegurar a igualdade de oportunidades e o tratamento entre os dois sexos e, por outro lado, lutar contra toda a discriminação fundada no sexo. Apesar de todos os esforços efectuados no que respeita à igualdade entre homens e mulheres na União Europeia continuam a existir, ainda hoje,*

desigualdades neste domínio. A taxa de emprego das mulheres (58.6%) continua a ser inferior à dos homens (70,7%), apesar da maioria dos estudantes e dos titulares de um diploma universitário serem mulheres. Na UE só um em cada dez membros dos conselhos de administração das empresas são mulheres e só 3% dos directores executivos são do sexo feminino.

As disparidades entre os salários auferidos pelas mulheres e pelos homens continuam a ser, em média, 18% na UE. Para Europa atingir os objectivos de crescimento sustentável, do emprego, da competitividade e da coesão social terá de continuar a combater as desigualdades, ainda existentes, entre homens e mulheres, pelo que apoiei o presente relatório".

Saúde: eurodeputados propõem medidas para atenuar impacto da crise económica neste sector

A actual crise económica pode ter um grave impacto no sector dos cuidados de saúde em vários Estados-Membros da UE, tanto ao nível da oferta como da procura. Num relatório de Edite Estrela hoje aprovado pelo Parlamento Europeu, os eurodeputados propõem várias medidas para atenuar as repercussões da crise neste sector, dedicando especial atenção aos grupos mais vulneráveis. O relatório, aprovado no Centenário do Dia Internacional da Mulher, destaca também a situação das mulheres na saúde.

"A crise económica e financeira e as medidas de austeridade adoptadas pelos Estados-Membros, em particular ao nível da oferta, podem levar à redução do financiamento da saúde pública e dos serviços de saúde e da promoção da saúde, da prevenção da doença e dos cuidados de saúde de longo prazo, devido aos cortes orçamentais e à redução das receitas fiscais, podendo, simultaneamente, aumentar a procura de serviços de saúde e de serviços de saúde de longo prazo, devido a uma combinação de factores que contribuem para a deterioração do estado de saúde da população em geral", salienta o relatório de Edite Estrela (S&D), aprovado por 379 votos a favor, 228 contra e 49 abstenções.

O PE insta os Estados-Membros a implementarem novas medidas que permitam melhorar a eficácia das despesas com a saúde, investindo, por exemplo, nos cuidados de saúde preventivos com vista a reduzir os futuros custos a longo prazo, e a reestruturarem os respectivos sistemas de saúde, a fim de possibilitar um acesso equitativo a cuidados de saúde de elevada qualidade (nomeadamente aos cuidados de base), sem discriminação em toda a UE.

A Comissão deverá, por seu lado, estudar os fundos europeus existentes para promover o investimento em matéria de infra-estruturas de saúde, investigação e formação e intensificar a prevenção de doenças.

Embora os cidadãos tenham, em média, vidas mais longas e mais saudáveis do que as gerações precedentes, existem na UE grandes disparidades a nível da saúde entre os diferentes Estados-Membros. Segundo dados do Eurostat, em 2007 a esperança de vida à nascença apresentava uma variação de 14,2 anos entre os Estados-Membros da UE no caso dos homens e de 8,3 anos no caso das mulheres.

No interior de cada país existem também desigualdades em matéria de saúde entre grupos sociais com maior ou menor nível de educação, qualificações profissionais e rendimentos. As desigualdades estão igualmente relacionadas com problemas de acesso aos cuidados de saúde.

O relatório hoje aprovado pelo PE frisa a necessidade de *"manter e melhorar o acesso universal aos sistemas de saúde e a cuidados de saúde financeiramente acessíveis a todos"*.

Especial atenção às mulheres

O relatório de Edite Estrela, aprovado no Centenário do Dia Internacional da Mulher, destaca também a situação das mulheres na saúde. Os eurodeputados pedem à UE e aos Estados-Membros que incluam o estado de saúde das mulheres e a questão do envelhecimento como factores da integração da dimensão de género e que utilizem o *"gender budgeting"* nas suas políticas, programas e actividades de investigação.

O PE insta os Estados-Membros a *"porem termo às actuais reduções da despesa pública destinada aos serviços de saúde, que desempenham um papel crucial na realização de um elevado nível de protecção da saúde de mulheres e homens"*.

A UE e os Estados-Membros devem *"garantir às mulheres fácil acesso aos métodos de contracepção, bem como o direito a um aborto seguro"*, afirma o PE no relatório, encorajando também um acesso mais uniforme aos tratamentos de fertilidade e o apoio à investigação médica e farmacêutica na área das doenças que afectam primordialmente as mulheres. Em termos de acesso às tecnologias de reprodução assistida, o PE apela à adopção de medidas para eliminar a discriminação das mulheres em razão do estado civil, da orientação sexual ou da origem étnica ou cultural.

Os parlamentares solicitam ainda à UE e aos Estados-Membros que considerem a *"violência masculina contra as mulheres como um problema de saúde pública"* e que tenham em conta as necessidades específicas de protecção da saúde das mulheres imigrantes.

Intervenções de Eurodeputados portugueses:

Edite Estrela (S&D) : *"Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer aos relatores-sombra a colaboração e o trabalho que realizámos em conjunto e agradecer também às relatoras dos pareceres da Comissão do Mercado Interno e da Comissão dos Direitos das Mulheres. Todos os contributos foram muito úteis."*

As desigualdades na saúde variam de país para país e de região para região. Estão associadas às condições económicas e sociais e podem ser agravadas por razões de género ou culturais, ou seja, as desigualdades na saúde estão relacionadas não apenas com o acesso aos cuidados de saúde, mas também com factores tão distintos como as condições de vida, a habitação, a educação, a profissão, o rendimento, os estilos de vida. Apesar de alguns progressos, persistem ainda grandes desigualdades no seio dos 27 Estados-Membros. Por exemplo, de acordo com o Eurostat, em 2007, a esperança de vida à nascença apresentava uma variação de 14,2 anos entre os Estados-Membros da UE no caso dos homens e de 8,3 anos no caso das mulheres. A saúde e a esperança de vida estão ainda ligadas às condições sociais e à pobreza e quando a pobreza surge ligada a outras

vulnerabilidades, como a infância ou a velhice, uma incapacidade ou a pertença a um grupo minoritário, os riscos para a saúde aumentam.

As desigualdades na saúde podem começar na infância, prolongar-se até à velhice e passar de geração em geração, daí a importância do tema e a urgência da solução. O actual contexto de crise global tende a piorar a situação. Como é óbvio, a crise tem um grave impacto sobre o sector da saúde de vários Estados-Membros, tanto ao nível da oferta como da procura. Ao nível da oferta, a crise pode levar à redução do financiamento da saúde pública, ao mesmo tempo que pode conduzir ao aumento da procura de serviços de saúde.

A crise revelou que a ganância de alguns não tem limites e que essa falta de decência contribuiu para aumentar o fosso entre uma minoria de ricos e uma maioria de pobres. Por isso a crise também pode ser uma oportunidade para combater as desigualdades através de medidas corajosas que promovam a equidade. Se não aprendermos a lição e se nos limitarmos a mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma, estaremos a aumentar as desigualdades. Ora, como se tem visto, sociedades desiguais são sociedades instáveis.

Alguns Estados-Membros incluíram nos programas de relançamento da economia medidas destinadas a atenuar o impacto da crise económica no sector da saúde investindo em infra-estruturas, optimizando o financiamento e reorganizando o sistema de cuidados de saúde. É essencial que a redução das desigualdades seja considerada uma prioridade a todos os níveis da acção política. Saúdo, por isso, as propostas da Comissão.

Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para algumas propostas do meu relatório, designadamente aquelas que visam dar maior atenção às necessidades das pessoas em situação de pobreza, aos grupos desfavorecidos de migrantes, incluindo migrantes em situação irregular e minorias étnicas, às pessoas com deficiência, aos idosos e às crianças pobres: defendo medidas para atenuar o impacto da crise económica no sector da saúde através de investimentos em infra-estruturas, considero essencial garantir condições de saúde saudáveis às crianças e às mulheres grávidas e considero desejável que o Fundo de Coesão e os fundos estruturais apoiem projectos relacionados com factores que contribuem para a existência de desigualdades na saúde, ou seja, temos de construir um futuro melhor, mais justo para os vindouros".

Carlos Coelho (PPE): "Partilho com a Relatora Edite Estrela a constatação de que existem enormes disparidades no domínio da saúde, quer entre pessoas que vivem em diferentes regiões da UE, quer entre grupos mais favorecidos e mais desfavorecidos da população. Essas desigualdades tendem a começar à nascença e acabam por persistir até à velhice, influenciadas ao longo da vida pelo acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde, podendo ser agravadas pelas diferenças baseadas no género e raça. É fundamental reduzir a dimensão das disparidades existentes, que põem em causa os compromissos assumidos pela UE em matéria de solidariedade, de coesão social e económica, de direitos do Homem e de igualdade de oportunidades, daí que esta seja uma das acções prioritárias da Estratégia da UE para a saúde 2008-2013. Importa, no entanto reconhecer, que a política de saúde é competência dos Estados-Membros, bem como a definição do respectivo sistema de acesso das pessoas aos cuidados de saúde. O Relatório prevê diversas medidas interessantes mas evita equacionar o seu impacto financeiro. Lamento igualmente a introdução da questão do aborto que é competência nacional e não europeia".

Ilda Figueiredo (GUE/NGL): *"A actual situação com políticas de austeridade que são sobretudo políticas anti-sociais, com cortes em investimentos públicos, designadamente na saúde, está a aumentar as desigualdades na área da saúde, claro, quando em nome da necessidade de reduzir o défice orçamental se aumentam as taxas de acesso aos serviços públicos de saúde, se aumentam os preços de medicamentos, mesmo para doenças crónicas, por diminuição das participações públicas se eliminam apoios ao transporte de doentes para tratamento e consultas de saúde em zonas onde não há transportes públicos. Estão a agravar-se as desigualdades na saúde e isto está a acontecer em alguns países da União Europeia, designadamente no meu país, em Portugal, as pessoas de menores rendimentos têm cada vez mais dificuldades no acesso à saúde, por isso, Sra. Comissária e Srs. Deputados, não bastam palavras, é preciso..."*

Debate com Barroso sobre a cimeira da zona euro de 11 de Março: decisão de recorrer ao fundo de estabilidade é soberana, mas deve ser evitada

Os eurodeputados debateram com o Presidente da Comissão Europeia a preparação da cimeira da zona euro, que se realiza a 11 de Março. As propostas sobre a governação económica e o mecanismo permanente de estabilização financeira foram algumas das questões abordadas. Sobre se Portugal deve ou não recorrer ao fundo de estabilidade financeira, Barroso frisou que *"é uma decisão soberana"* que cabe a Portugal tomar, mas *"se um país poder evitar recorrer a esse mecanismo deve evitá-lo"*, salientou.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate e resposta de Barroso

Elisa Ferreira (S&D): *"Eu venho de um país que tem oito séculos de existência e que, apesar disso, está interessado em ter, neste mundo globalizado, uma Europa forte e uma Europa que seja capaz de dialogar cara a cara com a China, com a Índia, com os Estados Unidos. A crise que estamos a atravessar não é uma crise na zona euro, é, como alguém dizia, uma crise da zona euro, e é uma crise da zona euro porque uma moeda única só pode funcionar quando há um trabalho sério e persistente de convergência entre os diferentes espaços que a compõem em termos das taxas de crescimento, do nível de rendimento, do emprego, quando há uma convergência real, e nós temos estado até agora a trabalhar sobre indicadores de convergência nominal, o que não é, de todo, a mesma coisa.*

Nesse sentido, é urgente que a Europa complete aquilo que começou, e para completar aquilo que começou, em particular a moeda única, tem de facto de criar um fundo de estabilidade sólido, um fundo que permita que os países que estão com dificuldades façam essa convergência com taxas de juro aceitáveis e não proibitivas e que não tenham de cortar no investimento estratégico que lhes permite essa convergência e que com esse crescimento possam pagar aquilo que pediram emprestado no momento de crise.

Senhor Presidente, nós precisamos de uma Comissão activa, de uma Comissão que participe na construção deste fundo de estabilidade, mas também nas euro-obrigações e que ouça a mensagem que ainda hoje o Parlamento lhe deixou através da nova fonte de recursos próprios que terá de ser um reforço eficaz de um orçamento que é manifestamente insuficiente. Acabamos de aprovar o relatório Podimata que claramente defende um imposto sobre as transacções financeiras. A Europa para sobreviver tem de mudar neste momento de rumo, precisa de um Parlamento forte, mas também de uma Comissão capaz não só de reagir mas de agir, tomando iniciativas que nós aguardamos ansiosamente para que esta experiência não se perca, para que esta experiência frutifique".

Miguel Portas (CEUE/EVN): *"Há duas semanas a imprensa internacional comentou declarações suas sobre a possibilidade de Portugal vir a aderir ao Fundo de Estabilização Financeira e interpretou-as como se fossem, ou tivessem sido, um incentivo. E como na Comissão Europeia o Dr. Durão Barroso é seguramente a pessoa que melhor conhece a realidade portuguesa, faço-lhe três perguntas para três respostas francas.*

A primeira pergunta é: que ganha Portugal em recorrer ao Fundo de Estabilização Financeira e ao FMI tal qual ele existe actualmente?

A segunda pergunta é: que mudanças considera indispensáveis para este fundo, para que não se repita a situação vergonhosa que ocorreu na Irlanda? Um empréstimo a juros proibitivos, com queda de salários e com a manutenção do dumping fiscal em matéria de grandes empresas.

E a terceira e última pergunta: como é que quer que se regresse a uma situação de confiança quando todas as decisões de política monetária, e as últimas da parte do Banco Central Europeu, que foram evidentes, continuam a prejudicar os países mais vulneráveis porque hipotecam o crescimento?"

Diogo Feio (PPE): *"Momentos difíceis exigem decisões políticas corajosas. É precisamente por isso que exercemos funções, é também por essa razão que cumprimos o Presidente Durão Barroso pelas pistas que aqui nos deixou. O Parlamento Europeu tem também posições claras já tomadas em vários relatórios, quer sobre a questão do euro e a necessidade de estabilidade, quer também sobre o problema do crescimento. Não se pode olhar apenas para um dos lados da balança.*

A saída da crise exige, por exemplo, que o fundo permanente funcione atendendo às situações específicas de Estados que hoje pagam juros crescentes para a sua dívida pública, uma política que tem também de estar apostada na competitividade, num crédito melhor, numa política fiscal que possa ser positiva para atrair investidores, no fundo, tudo o que tenha a ver com a criação de riqueza. Mas é também por essa razão que necessitamos de mais instituições europeias. As questões do Parlamento Europeu têm sido tomadas de uma forma clara e não através da comunicação social. Esta é a altura não para tomadas de decisão de natureza ideológica, mas para pensar nos cidadãos. Aquilo que nos pedem é bom senso e decisões rápidas".

Ilda Figueiredo (CEUE/EVN): *"Hoje, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, todos disseram bonitas palavras sobre os direitos das mulheres, mas agora, quando se fala de questões económicas e financeiras, o que se sobrepõe são os interesses financeiros na dita governação económica, com a insistência e o aprofundamento dos critérios do Pacto de Estabilidade acrescidos do Pacto de Competitividade, sempre sem ter em conta a especificidade de cada país, as*

profundas divergências económicas, as desigualdades sociais, o desemprego e a pobreza.

Assim, o que teremos com tal Pacto de Competitividade é o agravamento de todos os problemas sociais existentes, mas também terão pela frente as lutas dos trabalhadores, das mulheres e da juventude, como já está previsto em Portugal para os próximos fins-de-semana, com destaque para a manifestação da CGTP em Lisboa, a 19 de Março. É a esperança que temos na mudança que se impõe".

Resposta de Barroso ao debate: *"Houve umas questões concretas sobre Portugal às quais vou responder. Se Portugal deve recorrer ao fundo de estabilidade financeira ou não: isso é uma decisão das autoridades portuguesas. Precisamente porque tem a ver com a dívida soberana, é uma decisão soberana de Portugal. O que lhe posso dizer, obviamente, é que o fundo de estabilização financeira e o recurso a esse fundo, bem como a ajuda do FMI, foi concebido como último recurso, como última ratio.*

É óbvio que se um país poder evitar recorrer a esse mecanismo deve evitá-lo. Tem custos recorrer a esses fundos de resgate, não apenas custos reputacionais, por isso se um país poder evitar, deve evitar. Mas, repito, é uma decisão das autoridades nacionais o recurso ou não a esse fundo de resgate, pelo menos o pedido para activar esse fundo.

Em segundo lugar, quanto àquilo que eu gostaria de ver nesse fundo – não é uma questão de gostar, é uma questão de política – nós, Comissão, estamos activamente a trabalhar com os Estados, nomeadamente com os Estados da zona euro, para que esse fundo seja reforçado na sua capacidade de empréstimo e também para que seja alargado o âmbito das suas actividades, incluindo uma maior flexibilidade.

Algumas dessas questões são extremamente sensíveis do ponto de vista dos mercados, razão pela qual não me parece prudente estar a anunciar intenções que não são concretizadas. Mas é um trabalho em curso no âmbito da zona euro e, como sabem, a Comissão expressamente, nomeadamente no âmbito da sua apreciação anual ao crescimento, apresentou claramente a proposta para o reforço do fundo e para o alargamento das suas actividades.

Se esta política deve ou pode ser mudada: desde já lhe digo que, em relação aos países mais vulneráveis, não pode ser mudada. Seria absolutamente irresponsável países com um nível de dívida pública ou privada abrandarem neste momento os seus esforços de consolidação orçamental e de reformas estruturais.

Quando um país tem um nível de dívida tão elevada tem de recuperar a confiança dos mercados, por que senão torna-se insustentável a sua situação económica. Portanto, se queremos ajudar os países que neste momento estão em situação mais vulnerável não devemos vir com miragens, com algo que é irrealista, devemos pelo contrário apoiar os esforços sérios que possam fazer no sentido da consolidação orçamental e das reformas estruturais, só assim poderão ter a confiança dos mercados.

Claro está que não é apenas um esforço do país isolado, que necessita de um esforço em conjunto da zona euro, é isso que está a ser desenvolvido com, obviamente, empenhamento diferenciado entre os diferentes intervenientes. O que vos posso dizer é que a Comissão tudo tem feito – tudo o que está ao seu alcance – para propor mais ambição, mas como sabem as senhoras e os senhores deputados

a Comissão propõe, mas no final, nomeadamente em matérias que são de competência estritamente nacional, como seja matérias que não estavam previstas no Tratado, como é o caso do fundo de estabilidade financeira, a decisão é dos Estados-Membros, nomeadamente dos Estados da zona euro".

Orçamento do Parlamento Europeu para 2012: contenção e austeridade

O orçamento de 2012 do Parlamento Europeu e de outras instituições europeias deve ser um orçamento de poupança, tendo em conta a actual situação económica e social da UE, defenderam hoje os eurodeputados ao aprovarem um relatório de José Manuel Fernandes. Nas palavras do relator, "este será um orçamento de contenção, de austeridade e, em simultâneo, um orçamento que terá de dar os meios necessários para as instituições e o PE estarem à altura do projecto europeu e das esperanças dos cidadãos".

O relatório de José Manuel Fernandes (PPE) incide sobre os orçamentos para 2012 do Parlamento Europeu e de outras instituições – Conselho, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões, Provedor de Justiça, Autoridade Europeia para a Protecção de Dados e Serviço Europeu para a Acção Externa.

"Num contexto de crise económica, de grande endividamento público e de austeridade, numa época de esforços em curso de consolidação orçamental a nível nacional, o Parlamento Europeu e as outras instituições europeias devem patentear responsabilidade orçamental e autocontenção", mantendo-se "em torno da taxa de inflação", lê-se no relatório hoje aprovado por 574 votos a favor, 74 contra e 29 abstenções.

"É um relatório que pretende estar em consonância, em linha com o momento actual, com a situação económica, financeira e social que atravessamos, a crise que vivemos e, em simultâneo, com os anseios que os cidadãos europeus depositam na União Europeia e nas suas instituições", disse José Manuel Fernandes.

"Temos novas competências resultantes do Tratado de Lisboa. No entanto, e face ao momento actual, defendemos um incremento neutro", o que significa que "o orçamento para 2012 não vai ter um aumento superior ao da inflação", adiantou o eurodeputado português.

Segundo o documento hoje aprovado, *"o orçamento do Parlamento e das outras instituições para 2012 deverá ser um orçamento de consolidação".* As instituições devem apresentar *"planos de redução de custos" e "respeitar os princípios da boa gestão, nomeadamente os da economia, eficiência e eficácia".*

Um orçamento de poupança

A actual situação financeira, económica e social da UE obriga as instituições europeias a responderem com a qualidade e a eficiência requeridas e a utilizar processos de gestão orçamental rigorosos, de forma a poder realizar poupanças, avança o documento.

As poupanças não deverão, no entanto, pôr em causa a qualidade do trabalho legislativo (a *"excelência legislativa"*), frisa José Manuel Fernandes.

Segundo o relatório, o impacto da entrada em vigor do Tratado de Lisboa sobre a categoria 5 do orçamento (despesas com a Administração) "*deve vir a estabilizar-se em 2012*", embora, por exemplo, o Serviço Europeu de Acção Externa venha a ter um impacto que "*ainda é difícil de quantificar nesta altura*".

A possível adesão da Croácia à UE, agendada para 2013, terá também impacto sobre o orçamento de 2012, nomeadamente no que diz respeito a recursos para os novos eurodeputados e o recrutamento de pessoal, acrescenta o documento.

No âmbito da política ambiental das instituições, os eurodeputados querem que sejam apresentadas propostas para a redução do consumo de papel, energia, água e emissões.

Um orçamento de base zero

O Parlamento Europeu quer que todas as despesas sejam claramente especificadas e justificadas, com uma distinção clara entre despesas fixas e variáveis, a fim de cumprir os princípios de um "orçamento de base zero".

"Não houve nenhum aumento orçamental este ano para os deputados"

Durante o debate em plenário, José Manuel Fernandes quis clarificar "*uma confusão que por aí anda*", explicando que "*não houve nenhum aumento orçamental este ano para os deputados*" e que "*não haverá nenhum aumento para o próximo ano*".

Segundo o eurodeputado, "*a verba a que todos se referem, que não é para os deputados, que é para a possibilidade de se contratar mais um assistente, já estava definida em 2010 e não houve nenhuma alteração em termos orçamentais, nem nenhum reforço orçamental em 2011*".

Outras instituições

O PE solicita às outras instituições que apresentem pedidos orçamentais "*realistas e baseados nos custos*", tendo plenamente em conta a "*necessidade de otimizar a gestão de recursos escassos*".

Este documento marca a primeira etapa do processo orçamental anual do PE. Em Abril, o Parlamento deverá debater uma proposta mais detalhada preparada pela Mesa (Bureau), órgão composto pelo Presidente e Vice-Presidentes do PE e que tem por incumbência elaborar o anteprojecto de previsão das receitas e despesas da instituição.

A apresentação da proposta formal da Comissão sobre o orçamento geral da UE para 2012 está prevista para 20 de Abril.

Intervenções de Eurodeputados portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE): "*Senhora Presidente, agradeço os contributos de todos os colegas. Quero referir que o nosso objectivo neste momento eram as linhas orientadoras. Mas já fomos para além das linhas orientadoras e fixámos um objectivo concreto. Queremos um incremento neutro, o que significa que o orçamento para 2012 não vai ter um aumento superior ao da inflação.*"

Bem sei que temos novas competências. Bem sei que, para essas competências, precisamos de recursos, mas todos nós temos de interiorizar os princípios da boa gestão e com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia temos de conseguir poupanças.

E com estes princípios não vamos procurar poupanças cegas, poupanças que serão custos no futuro. Vamos conseguir poupanças que não ponham em causa o objectivo que definimos, o objectivo da excelência legislativa.

Estou certo de que este orçamento é já também um orçamento que eu diria de conciliação, conciliação entre as necessidades actuais, entre o momento de crise actual e também entre as exigências que o momento impõe às instituições no sentido de responderem, com eficiência também, no sentido de estarem à altura dos anseios da população, dos anseios dos cidadãos europeus.

Um parágrafo só para uma confusão que aí anda: não houve nenhum aumento orçamental este ano para os deputados, não haverá nenhum aumento para o próximo ano. A verba a que todos se referem, que não é para os deputados, que é para a possibilidade de se contratar mais um assistente, já estava definida em 2010 e não houve nenhuma alteração em termos orçamentais, nem nenhum reforço orçamental em 2011".

"Em primeiro lugar, cumprimentos á Senhora Presidente, ao Senhor Comissário e a todos os colegas que aqui estão. Permita-me que comece por um agradecimento. Agradecer a todos aqueles que participaram neste relatório e, de uma forma muito especial, aos relatores-sombra dos diversos grupos políticos.

O trabalho resultou num amplo consenso, como se mostrou na votação realizada na semana passada na Comissão dos Orçamentos. Este relatório teve 34 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção. É um relatório que pretende estar em consonância, em linha com o momento actual, com a situação económica, financeira e social que atravessamos, a crise que vivemos e, em simultâneo, com os anseios que os cidadãos europeus depositam na União Europeia e nas suas instituições.

Teremos um orçamento de contenção, um orçamento de austeridade e, em simultâneo, um orçamento que terá de dar os meios necessários para as instituições e o Parlamento estarem à altura do projecto europeu, estarem à altura das esperanças dos cidadãos europeus.

O nosso objectivo é a excelência legislativa e não termos os meios suficientes para essa excelência seria muito mau, seria um sinal péssimo para o momento actual e seria um custo, custo que os cidadãos europeus teriam sempre a assumir.

Para este objectivo temos de ter os meios necessários. Temos novas competências resultantes do Tratado de Lisboa. No entanto, e face ao momento actual, defendemos um incremento neutro, o que significa que defendemos um aumento que seja igual à inflação.

Estamos em linha com a carta do Sr. Comissário, com a recomendação que enviou para o Parlamento e para as outras instituições. E assim, quando for necessário, se for necessário, o compromisso que a União Europeia tem para com a Croácia, o compromisso resultante da adesão dos 8 novos membros do Tratado de Lisboa, quando tal se exigir, elaboraremos uma carta ou um orçamento rectificativo para este objectivo.

Para conseguirmos um orçamento de poupança é evidente que, mais do que nunca, teremos de seguir os princípios da boa gestão, da economia, os princípios da eficiência e da eficácia. Princípios que se têm de traduzir em rigor, em simplicidade, em transparência. Com estes princípios poderemos conseguir, não só nas estimativas que vamos agora elaborar, identificar já cortes, mas também queremos poupanças na execução do orçamento em 2012.

Desta forma conseguiremos estar à altura das nossas responsabilidades. Queremos também, e introduzimos esse conceito, um orçamento que vá de encontro a um orçamento de base zero, onde cada despesa seja justificada, onde as despesas variáveis sejam bem conhecidas e, sempre que se justifique, essas despesas devam e possam ter uma análise de custos-benefício.

É evidente que não poremos em causa os projectos que estão em curso porque isso não só seria um retrocesso como seria uma perda. Refiro-me, por exemplo, aos projectos como o KAD, os projectos como a Casa da História, projectos que irão avançar neste orçamento de contenção. Defendemos ainda, nesta base, que os próximos orçamentos sejam orçamentos plurianuais, de forma que possam ter um grande planeamento logo no início, um planeamento que esteja de acordo, em consonância com o quadro financeiro plurianual".

Carlos Coelho (PPE): *"Apoio o excelente relatório do Deputado José Manuel Fernandes porque numa altura em que atravessamos uma séria crise financeira, económica e social e em que são requeridos tantos sacrifícios aos nossos cidadãos, temos que ser os primeiros a dar o exemplo com a aprovação de linhas orientadoras para um orçamento de contenção e austeridade. Deverão, no entanto, ser disponibilizados os meios necessários para que as instituições comunitárias possam estar à altura daquilo que delas se espera, especialmente tendo em conta o novo quadro institucional resultante da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.*

Sublinho ainda a importância de sujeitar a gestão desses meios aos critérios mais elevados de rigor e eficiência, obedecendo a um controlo rigoroso e à maior transparência. É, igualmente, importante impulsionar a criação de sinergias e evitar duplicações desnecessárias em termos de pessoal e funções".

Uma Estratégia Europeia para a Região Atlântica a partir de 2014

O Parlamento Europeu definiu directrizes para a Estratégia Europeia para a Região Atlântica, que a Comissão deve apresentar até Junho e que o PE quer ver executada a partir de 2014. Esta estratégia deverá abordar questões de interesse comum, como ambiente e alterações climáticas, energias marinhas, transporte marítimo, segurança e vigilância marítimas, pesca, turismo, investigação e inovação. Açores, Madeira e Cabo Verde devem também ser incluídos nesta estratégia, defendem os deputados.

A região atlântica tem características específicas – é um espaço marítimo dinâmico graças ao transporte marítimo, à pesca, às energias marinhas, etc., periférico e com um ambiente frágil que precisa de ser preservado. **Portugal**, Espanha, França, Reino Unido e Irlanda são os cinco Estados-Membros da UE que têm costa atlântica.

O Parlamento Europeu propõe que a Estratégia Europeia para a Região Atlântica seja ligada à política regional e à política marítima integrada da UE e que se abra a todas as regiões da UE situadas no litoral atlântico, incluindo as regiões ultraperiféricas da Macaronésia (**Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde**).

Esta estratégia deve igualmente facilitar as sinergias com outras políticas da UE, como as redes transeuropeias de transporte, a política comum da pesca, as acções no domínio do clima e do ambiente, o programa-quadro de investigação e desenvolvimento e a política energética, acrescenta o PE.

Dimensão territorial

Os eurodeputados defendem que a dimensão territorial desta estratégia deve contemplar, em particular, a quebra do isolamento, a interligação das redes de transporte e energia e o desenvolvimento das energias marinhas, o desenvolvimento de zonas urbanas e rurais e a intensificação dos laços terra-mar e mar-águas interiores.

O PE reitera a importância de melhorar os acessos nas regiões do litoral atlântico e de aumentar a circulação de pessoas, bens e serviços nestas regiões, especialmente mediante o desenvolvimento do transporte marítimo de curta distância e das auto-estradas do mar.

Dimensão externa

A dimensão externa “*pode ser reforçada devido à posição geoestratégica das regiões atlânticas*”, em particular nos domínios da segurança e da vigilância marítimas e na esfera das relações comerciais internacionais, afirma o PE.

Estratégia a executar a partir de 2014

A Estratégia Europeia para a Região Atlântica deve ser executada a partir de 2014, coordenada com o próximo quadro financeiro plurianual e articulada com um plano de acção definido a nível da UE que inclua uma lista de projectos estruturantes, propõe o PE.

Os eurodeputados salientam a “*forte ligação*” desta estratégia à “*Estratégia Europa 2020*”, recordando que o objectivo é “*uma melhor utilização dos fundos da UE e não um aumento das despesas*”.

A resolução foi aprovada em plenário por 589 votos a favor, 26 contra e 54 abstenções.

Intervenções de Eurodeputados portugueses:

Maria do Céu Patrão Neves (PPE): “*Senhor Presidente, Senhora Comissária, a Estratégia da União Europeia para o Atlântico concretiza um objectivo fundamental: tratar, integrada e articuladamente, os oceanos e mares da Europa de forma adaptada às suas especificidades. A dimensão intercontinental, a diversidade de bacias marítimas que encerra e o facto de ser um oceano ultra-profundo são características distintivas do Atlântico. Estas, aliadas aos laços históricos entre os países e as regiões recortadas pelo Atlântico, são argumentos que justificam a sua abordagem diferenciada. O seu posicionamento geoestratégico na fronteira entre a Europa, a África e a América cria desafios e oportunidades para vários níveis de actividades marítimas, como a protecção e a salvaguarda dos ecossistemas, a*

segurança marítima, o estudo das alterações climáticas, a segurança e o aprovisionamento alimentar e energético, etc.

No entanto, será ao nível do oceano profundo que radicará a grande riqueza do Atlântico em recursos naturais, genéticos e minerais. Neste contexto, considero que, ao abrigo da Estratégia da União Europeia para o Atlântico, deverão ser implementadas acções de investigação, de desenvolvimento e de inovação tecnológica que assegurem a exploração e a gestão sustentável desses recursos, impondo-se a criação de um Observatório Europeu do Mar Profundo num espaço privilegiado para o efeito, como é o dos Açores".

Nuno Teixeira (PPE): *"Senhor Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, o Tratado de Lisboa consagra o objectivo da coesão territorial no seio da União Europeia. Esta dimensão, bem como a dimensão económica e social da política regional, para ser efectiva, depende da elaboração de estratégias renovadas para as regiões europeias. Para o seu sucesso é necessário ter em conta a realidade das regiões com base nas suas características específicas comuns e nos seus problemas particulares.*

A região do Atlântico é uma área que apresenta fortes características-chave para ver desenhada uma estratégia ambiciosa. É, desde logo, uma zona remota, com regiões em que os problemas de acessibilidade e de conectividade são preocupantes. Apresenta um meio ambiente frágil, cada vez mais enfraquecido pelas alterações climáticas, e possui uma actividade marítima dinâmica, resultado da importância do transporte marítimo, mas também de actividades relacionadas com a pesca e a energia.

Recorde-se que é graças à região do Atlântico, nomeadamente às suas regiões ultraperiféricas, que a União Europeia tem a maior zona económica exclusiva do mundo. A criação de uma estratégia integrada para a região do Atlântico deve ser apoiada, contanto que esta tenha devidamente em conta não só a importante dimensão marítima, mas também a dimensão terrestre. Devem ser criadas e fomentadas sinergias entre as várias políticas sectoriais, procurando assim alcançar mais-valias para a região..."

Carlos Coelho (PPE): *"Como Deputado eleito por um país da região Atlântica, não posso deixar de evidenciar a importância e a necessidade de se criar uma estratégia europeia que tenha em conta as especificidades geográficas, demográficas e económicas desta região. Deverá ser criada uma Estratégia integrada e articulada que assegure uma sinergia e uma coerência entre as políticas sectoriais nesta área, criando as mais-valias necessárias para fazer face aos desafios que se colocam ao desenvolvimento sustentável e à competitividade em particular desta região e da Europa em geral. Não tenho dúvidas quanto à necessidade de existir uma abordagem a nível europeu, baseada no reforço da cooperação entre Estados costeiros do Atlântico, comunidades costeiras, o sector privado e a sociedade civil, em que essa estratégia comum trará benefícios para todas as partes interessadas.*

Deverá permitir identificar os problemas e desafios comuns, as prioridades partilhadas e criar as sinergias necessárias para promover uma utilização mais eficiente dos recursos. Sendo importante não só melhorar a competitividade e a sustentabilidade dos sectores tradicionais, mas também explorar todo o potencial da zona Atlântica, com novos mercados, produtos e serviços, norteados por duas grandes prioridades: a protecção do ambiente e dos ecossistemas, bem como a criação de emprego".

Luís Paulo Alves (S&D): *"É essencial para a União Europeia, enquanto player mundial, a existência de uma orientação estratégica atlântica que permita desenvolver todo o potencial desta sua fronteira privilegiada que a liga a zonas tão importantes do mundo como a América do Norte, a América do Sul ou a toda a zona ocidental de África.*

É inserido neste enquadramento estratégico que a criação de uma estratégia para a região atlântica pode verdadeiramente desenvolver todo o seu potencial de valor acrescentado, não só para esta região como para toda a União Europeia. Só no quadro de uma orientação estratégica que confira centralidade ao Atlântico poderemos ter para esta região uma abordagem que seja muito menos de periferia e muito mais de afirmação da sua geocentralidade no espaço global. Uma estratégia para a região do Atlântico participada pelos Estados-Membros e as suas regiões deve também dar prioridade a novos domínios de inovação na economia e na ciência, com destaque para os novos produtos e serviços ligados ao ambiente e às energias renováveis e oceânicas, à biotecnologia marinha relacionada com os alimentos, a saúde ou os produtos e serviços de alta tecnologia Smart".

Turquia e Montenegro: que progressos no caminho da adesão à UE?

O Parlamento Europeu aprovou resoluções sobre os progressos da Turquia e do Montenegro no caminho da adesão à UE. Em relação à Turquia, os direitos humanos continuam a ser motivo de preocupação para os eurodeputados. Quanto ao Montenegro, a corrupção e o crime organizado estão entre os assuntos mais prementes.

O Parlamento Europeu considera que *"as reformas na Turquia têm sido lentas"*, exortando o governo turco a aumentar os seus esforços. Os eurodeputados congratulam-se com a aprovação de alterações à Constituição como *"um passo na direcção certa"*, mas salientam a *"necessidade de proceder a uma reforma constitucional global que transforme a Turquia numa verdadeira democracia pluralista, em cujo cerne se encontre a salvaguarda dos direitos humanos e das liberdades fundamentais"*.

Apesar dos progressos já realizados, a liberdade de imprensa, os direitos das mulheres e a protecção das comunidades religiosas são ainda motivo de preocupação.

O PE exprime a sua apreensão face à deterioração observada a nível da liberdade de imprensa, a certos actos de censura e à crescente auto-censura nos meios de comunicação social da Turquia, nomeadamente na Internet.

Os parlamentares lamentam também os *"persistentes"* elevados níveis de violência doméstica, nomeadamente os chamados crimes de honra e o fenómeno dos casamentos forçados.

Os deputados manifestam ainda a sua decepção pelo facto de serem *"muito limitados"* os progressos logrados no tocante ao enquadramento jurídico das comunidades religiosas, nomeadamente no que respeita à sua capacidade de obtenção de personalidade jurídica, de abertura e funcionamento dos locais de culto, de formação do clero e de resolução de problemas de propriedade.

A questão de Chipre

O PE lamenta que o Protocolo Adicional ao Acordo de Associação CE-Turquia, que requer que o país abra os seus portos e aeroportos a Chipre, não tenha sido implementado, *"o que continua a afectar o processo de negociações"*. O governo turco deve *"facilitar um ambiente adequado para as negociações, dando, para o efeito, início à retirada imediata das suas forças de Chipre"*, diz o PE na resolução hoje aprovada.

Apoio à democratização no Norte de África

"À luz da fonte de inspiração que a Turquia constitui para muitos no mundo árabe, enquanto democracia secular com uma população maioritariamente muçulmana", o PE incentiva vivamente a continuação dos esforços concertados em apoio da democratização e do desenvolvimento no Médio Oriente e no Norte de África.

Gestão da migração e controlo das fronteiras

Os eurodeputados sublinham a importância de intensificar a cooperação entre a UE e a Turquia em matéria de gestão da migração e de controlo das fronteiras, atendendo à elevada percentagem de imigrantes clandestinos que entram no território da UE através da Turquia.

O PE congratula-se com a conclusão das negociações sobre o acordo de readmissão UE-Turquia e insta ambos os lados a *"respeitarem integralmente as obrigações que lhes são cometidas ao abrigo do direito internacional em matéria de direitos humanos, sobretudo o princípio de não-repulsão"*.

Os eurodeputados pedem à Grande Assembleia Nacional Turca que aprove uma lei abrangente no domínio do asilo, a fim de proteger os direitos de todos os refugiados, requerentes de asilo e outras pessoas susceptíveis de necessitar de protecção, *"sem discriminações"*.

Logo que o acordo de readmissão for assinado, a UE deverá dar início a um diálogo com a Turquia sobre a liberalização dos vistos, passo necessário para a mobilidade com um país candidato, dedicando *"particular atenção às condições de entrada de empresários e estudantes que viajam para a UE"*, acrescentam os deputados.

Montenegro

O PE acolhe com agrado *"o consenso geral e a elevada prioridade atribuída à integração europeia"* pelo governo e pelos partidos da oposição no Montenegro, o facto de o processo de instituição do quadro jurídico e constitucional do país estar quase finalizado e o bom historial do país em termos de implementação das reformas económicas.

No entanto, há ainda progressos por fazer em relação à corrupção, ao crime organizado, à discriminação e à liberdade de imprensa.

Os países candidatos à UE são actualmente a Croácia, a Islândia, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Montenegro e a Turquia.

Estratégia da UE a favor da integração dos ciganos

A União Europeia deve introduzir normas vinculativas para garantir que a comunidade cigana tenha um verdadeiro acesso à educação, ao emprego, à habitação e aos cuidados de saúde, defenderam os eurodeputados. Grande parte dos 10 a 12 milhões de ciganos – a maior minoria étnica da UE – luta contra um nível intolerável de exclusão social e económica, violações dos direitos humanos e discriminação na vida pública e privada, nota o relatório hoje aprovado pelo Parlamento Europeu.

A estratégia da UE a favor da integração dos Roma (ciganos) deverá ser apresentada pela Comissão Europeia a 5 de Abril e adoptada pelo Conselho Europeu a 24 de Junho. A inclusão dos ciganos é também um dos assuntos no topo da agenda da presidência húngara do Conselho de Ministros da UE. Neste relatório, o Parlamento Europeu anuncia as suas prioridades para esta estratégia.

Domínios prioritários: educação, emprego, habitação e saúde

Os eurodeputados instam a Comissão Europeia a apresentar, na estratégia, *"um roteiro para a introdução de normas mínimas vinculativas a nível da UE para os domínios prioritários relativos à educação, ao emprego, à habitação e aos cuidados de saúde"*.

Segundo o PE, os objectivos da estratégia devem ser sujeitos a um *"controlo e quantificação do seu grau de realização"* de modo a *"introduzir critérios de atribuição que beneficiem os Estados-Membros cumpridores e penalizem o não-cumprimento"*.

O combate aos empregos não declarados, a contratação de ciganos para a administração pública, tanto a nível da UE como a nível nacional, e o aumento do número de professores de etnia cigana são algumas das medidas propostas pelos eurodeputados.

Direitos fundamentais

"As repatriações e os regressos questionáveis de ciganos que têm tido lugar em vários Estados-Membros geraram medo e ansiedade entre a população cigana, bem como níveis preocupantes de racismo e discriminação", nota o Parlamento Europeu.

Os eurodeputados defendem que a estratégia da UE para a integração dos ciganos deve abranger todas as formas de violação dos direitos fundamentais, incluindo a discriminação, a segregação, o incitamento ao ódio, o estabelecimento de perfis étnicos e a recolha ilegal de impressões digitais, assim como a expulsão ilegal.

Fundos da UE

O PE sugere que se deleguem competências em organismos da UE, sob a supervisão e controlo da *"Task Force Ciganos"*, para garantir um financiamento orientado para boas iniciativas locais e para identificar e denunciar oportunamente o desvio de fundos.

O PE insta a Comissão e o Conselho a afectarem fundos dedicados, a título da política de coesão, no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual, para apoiar

explicitamente a estratégia através da criação de uma reserva de eficiência para a estratégia da UE para os ciganos. E sugere que se alargue o âmbito dos fundos europeus, de modo a que, *"para além do desenvolvimento, também a prestação de serviços públicos de qualidade seja elegível para financiamento"*.

Intervenções de Eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"Apoio a Relatora Livia Jároka quando defende uma política coordenada da UE que promova a integração dos cidadãos europeus que pertençam à etnia Roma (10 a 16 milhões, estimativas do Conselho da Europa), que preveja a adopção de medidas anti-racistas e anti-discriminatórias que permitam complementar a legislação existente, ao mesmo tempo que deverá ser assegurada a sua implementação e correcta aplicação. Mas também de medidas que possam responder às necessidades específicas dos Roma e promover a sua inclusão socioeconómica, como é o caso do direito ao trabalho, à habitação, à educação, a cuidados de saúde, entre outras.*

A integração dos Roma, para além do seu cariz humanitário, deverá igualmente permitir um aumento da população activa que suporta o sistema de segurança social, reduzir as prestações sociais e de saúde que o Estado assegura às pessoas que vivem na pobreza, sem esquecer a possibilidade de redução das taxas de criminalidade. Essa integração deverá ter em linha de conta a defesa das crianças e o respeito pela lei. É necessária uma solução europeia comum para um problema europeu comum, que contemple uma abordagem intersectorial integrada e que permita um apoio e uma intervenção específica nas zonas mais subdesenvolvidas e com graves desvantagens estruturais".

Líbia: Parlamento Europeu apoia zona de exclusão aérea para impedir ataques à população civil

O Parlamento Europeu pediu aos Estados-Membros que se *"mantenham disponíveis"* para uma decisão do Conselho de Segurança da ONU sobre a possibilidade de uma zona de exclusão aérea destinada a impedir o regime líbio de atacar a população civil.

Numa resolução hoje aprovada sobre a Líbia, na véspera do Conselho Europeu que amanhã se reúne em Bruxelas, os eurodeputados instam a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros a *"estabelecer relações"* com o Conselho Nacional de Transição da Líbia e a *"dar início ao processo para o seu reconhecimento oficial"*, a fim de encorajar a transição para a democracia.

"A UE e os seus Estados-Membros devem honrar o seu dever de protecção, de modo a salvar a população civil da Líbia de ataques armados em larga escala", diz o Parlamento Europeu, declarando que *"nenhuma opção prevista na Carta das Nações Unidas pode ser descartada"*.

O PE pede aos Estados-Membros que se *"mantenham disponíveis"* para uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre novas medidas a aplicar à Líbia, *"incluindo a possibilidade de uma zona de exclusão aérea destinada a impedir o regime de atacar a população civil"*.

As medidas adoptadas pela UE e pelos seus Estados-Membros "*devem ser conformes com um mandato das Nações Unidas e assentar numa coordenação com a Liga Árabe e a União Africana*", acrescenta o PE na resolução hoje aprovada por **584 votos a favor, 18 contra e 18 abstenções**.

Durante o debate em plenário, apenas o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia afirmou explicitamente ser contra a zona de exclusão aérea. "*Somos contra qualquer intervenção militar, incluindo a medida que lhes pode abrir as portas, a zona de exclusão aérea. Falou-se aqui em lucidez. Nós temos a experiência, sabemos como começam as medidas militares e sabemos como elas nunca acabam quando começam*", disse o eurodeputado português **Miguel Portas**, falando em nome do grupo.

Ana Gomes (S&D), relatora do Parlamento Europeu sobre a Líbia, disse que, "*face à retaliação de Kadhafi contra o seu povo, a UE deve exercer a sua responsabilidade de protecção, ajudando a impor uma zona de exclusão aérea*".

Reconhecimento oficial do Conselho Nacional de Transição da Líbia

O PE insta a Alta Representante Catherine Ashton a "*estabelecer relações*" com o Conselho Nacional de Transição da Líbia (CNTL) e a "*dar início ao processo para o seu reconhecimento oficial*", a fim de encorajar a transição para a democracia, assegurar o envolvimento de um amplo espectro de representantes da sociedade líbia e reforçar o papel das mulheres e das minorias no processo de transição.

A Alta Representante deverá também "*apoiar o CNTL na zona libertada*", de modo a aliviar a pressão sobre a população local e a satisfazer as suas necessidades humanitárias básicas.

Apoio aos refugiados

O Parlamento Europeu está profundamente preocupado com a crescente crise humanitária. Mais de 200 mil migrantes estão a fugir da violência na Líbia, ficando muitos deles retidos na fronteira entre a Líbia e a Tunísia e outros em campos de refugiados na Tunísia, no Egito e no Níger.

Os eurodeputados instam a UE a "*disponibilizar todos os recursos financeiros e humanos necessários para apoiar uma sólida operação humanitária internacional*" e apelam também aos Estados-Membros para que assegurem meios de transporte aéreos e marítimos para facilitar o repatriamento ou a reinstalação de migrantes, requerentes de asilo e refugiados provenientes da Líbia.

A Comissão Europeia deve velar por que existam os recursos financeiros, humanos e técnicos apropriados para "*garantir que a UE esteja em condições de dar uma resposta adequada em caso de grande movimento migratório*", tendo em conta o princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros consagrado no Tratado.

Medidas adicionais

Para além de apoiar a possibilidade de uma zona de exclusão aérea e querer uma resposta adequada da UE para lidar com os fluxos migratórios, o PE propõe ainda as seguintes medidas:

- o congelamento de bens deve incluir os fundos geridos pela Autoridade de Investimento da Líbia e as receitas provenientes das vendas de petróleo e de gás; os bens congelados devem ser no futuro restituídos ao povo líbio;
- o desenvolvimento de uma Política Europeia de Vizinhança mais ambiciosa e eficiente, que confira prioridade a critérios relacionados com a independência da magistratura, o respeito pelas liberdades fundamentais, o pluralismo e a liberdade de imprensa e a luta contra a corrupção;
- o envio de uma comissão de inquérito internacional independente à Líbia para investigar todas as alegadas violações do direito internacional referente aos direitos humanos no país (proposta avançada numa resolução, também hoje aprovada em plenário, sobre a 16.ª sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas).

Intervenções de Eurodeputados portugueses:

Ana Gomes (S&D): *"Senhor Presidente, há um elemento novo superveniente que não está reflectido na resolução e que eu peço ao Parlamento que me acompanhe na expressão da nossa indignação e da nossa preocupação. Trata-se do que aconteceu à equipa de jornalistas da BBC, que esteve ilegalmente detida e que foi torturada, inclusivamente sujeita a execuções simuladas, e que viu muitos outros detidos líbios na prisão em condições absolutamente desumanas.*

Isto mostra também que os jornalistas não estão a poder fazer o seu trabalho com liberdade na Líbia. Este é um aspecto importante que eu peço ao Parlamento que acompanhe na mensagem que temos de transmitir ao Conselho Europeu da nossa indignação e preocupação".

Irão: eurodeputados querem sanções da UE pelos abusos dos direitos humanos

A UE deve desenvolver uma ampla estratégia para o Irão que vá para além da questão nuclear e aborde também a situação dos direitos humanos no país e o seu papel regional, defendeu o Parlamento Europeu numa resolução aprovada por larga maioria. O PE propõe a aplicação de sanções por parte da UE aos responsáveis pelas violações dos direitos humanos e, dado o crescente descontentamento popular a nível interno, considera que "existe no país um grande potencial para uma mudança democrática".

Os eurodeputados apelam ao Conselho de Ministros da UE que imponha sanções orientadas para os iranianos considerados responsáveis ou cúmplices de sérios abusos dos direitos humanos desde as fraudulentas eleições presidenciais de Junho de 2009, em linha com a decisão tomada pelos Estados Unidos.

"As sanções adicionais são a consequência lógica da ausência de total cooperação do Irão com a Agência Internacional da Energia Atómica", afirma o Parlamento, exortando a Alta Representante da UE e os Estados-Membros a avaliarem todos os mecanismos de fiscalização "para impedir que o Irão se exima ao regime de sanções e poder analisar, de forma realista, se os resultados previstos das sanções serão alcançados". O PE reitera, no entanto, que estas medidas não devem afectar negativamente a população em geral.

Potencial para uma mudança democrática apoiada pela população

O PE lamenta o objectivo do Presidente Ahmadinejad de *"fortalecer a sua posição política a nível interno assumindo uma agenda internacional radical, na esperança de que uma postura manifestamente anti-ocidental e anti-israelita reforce a posição de liderança do Irão no mundo muçulmano"*.

Os eurodeputados destacam o *"mal-estar social e económico paralisante"* que se sente no país, o ambiente de segurança regional problemático e o crescente descontentamento popular a nível interno, *"em grande parte obra do próprio regime iraniano"*, sublinham.

A evolução política do Irão após as disputadas eleições presidenciais de Junho de 2009, consideradas fraudulentas, mostrou que *"existe no país um grande potencial para uma mudança democrática apoiada pela população e liderada pela sua dinâmica e activa sociedade civil"*, afirma o PE na resolução hoje aprovada.

Os eurodeputados alertam, porém, para o facto de o reforço do papel do Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica nas várias esferas da sociedade iraniana a nível militar, político e económico suscitar receios quanto à crescente militarização do Estado, manifestando o seu *"enorme receio de que essas tendências possam vir a resultar numa escalada de violência e de opressão contra a oposição"*.

Pena de morte: o caso de Zahra Bahrami

O número de execuções em 2009 foi o mais elevado dos últimos dez anos, o que faz do Irão o país com o maior número de execuções *per capita* no mundo.

O PE condena firmemente a execução, em Janeiro deste ano, de Zahra Bahrami, cidadã iraniana e holandesa, manifestando-se *"desolado"* pelo facto de as autoridades iranianas lhe terem negado acesso consular e não terem garantido um processo judicial transparente e justo.

O PE insta o Irão a instituir uma moratória às execuções na pendência da abolição da pena de morte e a eliminar definitivamente a pena capital por crimes cometidos antes dos 18 anos de idade.

Ordem do dia 7 a 10 Março de 2011

► Segunda-feira, 7 de Março de 2011

17:00 - 24:00

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

Financiamento inovador a nível mundial e europeu - *Relatório: Anni Podimata (A7-0036/2011)*

Zona do Acordo da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo - *Relatório: Crescenzo Rivellini (A7-0023/2011)*

Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a União Europeia e a Mauritânia - *Pergunta oral (O-000038/2011 - B7-0018/2011)*

Estratégia da UE para a Região Atlântica - *Pergunta oral (O-000002/2011 - B7-0016/2011)*

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Segurança geral dos produtos e supervisão do mercado - *Relatório: Christel Schaldemose (A7-0033/2011)*

Gestão da gripe H1N1 - *Relatório: Michèle Rivasi (A7-0035/2011)*

Reduzir as desigualdades no domínio da saúde - *Relatório: Edite Estrela (A7-0032/2011) 2*

Cooperação com os países em desenvolvimento a fim de promover a boa governação em questões fiscais - *Relatório: Eva Joly (A7-0027/2011)*

Agricultura e comércio internacional - *Relatório: Georgios Papastamkos (A7-0030/2011)*

O défice de proteínas na UE - *Relatório: Martin Häusling (A7-0026/2011)*

► Terça-feira, 8 de Março de 2011

09:00 - 11:50

Orientações para o processo orçamental 2012 - Outras secções - *Relatório: José Manuel Fernandes (A7-0049/2011)*

Discussão conjunta - As mulheres na UE

Igualdade entre homens e mulheres – 2010 - *Relatório: Mariya Nedelcheva (A7-0029/2011)*

Pobreza feminina - *Relatório: Rovana Plumb (A7-0031/2011)*

Centenário do Dia Internacional da Mulher

12:00 - 13:00 VOTAÇÃO

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar do Deputado Elmar Brok - *Relatório: Francesco Enrico Speroni (A7-0047/2011)*

Segurança geral dos produtos e supervisão do mercado - *Relatório: Christel Schaldemose (A7-0033/2011)*

Gestão da gripe H1N1 - *Relatório: Michèle Rivasi (A7-0035/2011)*

Nomeação de um membro do Tribunal de Contas Europeu (Harald Wögerbauer -AT) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0048/2011)*

Zona do Acordo da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo - *Relatório: Crescenzo Rivellini (A7-0023/2011)*

Financiamento inovador a nível mundial e europeu - *Relatório: Anni Podimata (A7-0036/2011)*

Reduzir as desigualdades no domínio da saúde - *Relatório: Edite Estrela (A7-0032/2011)*

Cooperação com os países em desenvolvimento a fim de promover a boa governação em questões fiscais - *Relatório: Eva Joly (A7-0027/2011)*

Agricultura e comércio internacional - *Relatório: Georgios Papastamkos (A7-0030/2011)*

O défice de proteínas na UE - *Relatório: Martin Häusling (A7-0026/2011)*

Igualdade entre homens e mulheres – 2010 - *Relatório: Mariya Nedelcheva (A7-0029/2011)*

Pobreza feminina - *Relatório: Rovana Plumb (A7-0031/2011)*

15:00 - 19:30

Preparação da cimeira da Zona Euro de 11 de Março de 2011 - *Declaração do Presidente da Comissão*

Relatório de acompanhamento de 2010 sobre a Turquia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Processo de integração europeia do Montenegro - *Declarações do Conselho e da Comissão*
Estratégia da UE para a inclusão dos ciganos - *Relatório: Livia Járóka (A7-0043/2011)*

19:30 - 20:30

Período de perguntas à Comissão (B7-0019/2011)

21:00 - 24:00

Política industrial para a era da globalização - *Relatório: Bernd Lange (A7-0022/2011) 6*

Garantia do fornecimento à Europa de metais de terras raras - *Perguntas orais (O-000036/2011 - B7-0017/2011) (O-000043/2011 - B7-0020/2011) (O-000041/2011 - B7-0207/2011)*

Possibilidade de utilização de gás de fontes alternativas na Europa - *Declaração da Comissão*

► **Quarta-feira, 9 de Março de 2011**

08:30 - 11:20 DEBATES PRIORITÁRIOS

Os vizinhos do Sul, e a Líbia em particular, incluindo os aspectos humanitários - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Alteração do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que diz respeito ao mecanismo de estabilidade para os Estados-Membros cuja moeda é o euro - *Relatório: Elmar Brok, Roberto Gualtieri (A7-0052/2011)*

11:30 - 12:00 VOTAÇÃO

Orientações para o processo orçamental 2012 - Outras secções - *Relatório: José Manuel Fernandes (A7-0049/2011)*

Estratégia da UE para a Região Atlântica - *Propostas de resolução*

Relatório de acompanhamento de 2010 sobre a Turquia - *Propostas de resolução*

Processo de integração europeia do Montenegro - *Propostas de resolução*

Estratégia da UE para a inclusão dos ciganos - *Relatório: Livia Járóka (A7-0043/2011)*

Política industrial para a era da globalização - *Relatório: Bernd Lange (A7-0022/2011)*

12:00 - 12:30 Sessão solene

Alocação de Pál Schmitt, Presidente da Hungria

12:30 - 13:30 Continuação da votação

Calendário dos períodos de sessões do Parlamento Europeu - 2012

Calendário para os períodos de sessões do Parlamento - 2013

15:00 - 18:00

Abordagem da UE relativamente ao Irão - *Relatório: Bastiaan Belder (A7-0037/2011)*

16.^a Sessão do Conselho dos Direitos do Homem (Genebra, 28 de Fevereiro - 25 de Março de 2011) - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação do processo de paz no Médio Oriente - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

► **Quinta-feira, 10 de Março de 2011**

09:00 - 11:50

Respeito dos mecanismos nacionais de fixação dos salários e das pensões de reforma - *Declaração da Comissão*

A prevenção de catástrofes naturais e provocadas pelo homem - *Pergunta oral (O-000044/2011 - B7-0201/2011)*

Crise desencadeada pelas cinzas vulcânicas - *Perguntas orais (O-0198/2010 - B7-0015/2011)*

(O-000052/2011 - B7-0204/2011) (O-000049/2011 - B7-0202/2011) (O-000051/2011 - B7-0203/2011)

12:00 - 13:00 VOTAÇÃO

Lei sobre os meios de comunicação na Hungria - *Propostas de resolução*

Os vizinhos do Sul, e a Líbia em particular, incluindo os aspectos humanitários - *Propostas de resolução*

Abordagem da UE relativamente ao Irão - *Relatório: Bastiaan Belder (A7-0037/2011)*

16.^a Sessão do Conselho dos Direitos do Homem (Genebra, 28 de Fevereiro - 25 de Março de 2011) - *Propostas de resolução*

15:00 - 16:00

Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (Artigo 122.º do Regimento)

Paquistão - assassinato de Shahbaz Bhatti, Ministro das Minorias

Bielorrússia, em particular os casos de Ales Michalevic e Natalia Radin

Situação e património cultural em Kashgar (região autónoma de Xinjiang Uyghur, China)

16:00 - 17:00 Votação (no final dos debates anteriores)

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (Artigo 122.º do Regimento)